

FALSOS CONSENSOS E A LUTA PELA REVOGAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

False consensus and the struggle to revoke the secondary education reform in Brazil

Falsos consensos y la lucha por revocar la reforma de la educación secundaria en Brasil

Fernando Cassio*

<https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2023.v5e.n10.138-160>

Resumo

O artigo traça o estado atual do debate público sobre a reforma do ensino médio no Brasil, recuperando elementos da propaganda da reforma veiculada entre 2016 e 2021, além de resultados de pesquisa que desafiaram o alegado clamor social pela reforma. Por fim, analisa-se as tentativas mais recentes de captura do debate pelos implementadores e entusiastas da reforma, já no início do governo Lula, para esvaziar a demanda de vastos setores do campo educacional pela revogação da Lei n. 13.415/2017.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio; Desigualdades Educacionais; Ensino Médio; Propaganda; Formação Profissional

Abstract

The article traces the current state of the public debate on the reform of secondary education in Brazil, recovering elements of the propaganda of the reform that was broadcasted between 2016 and 2021, in addition to research results that questioned the supposed social outcry for reform. Finally, it analyzes the most recent attempts to capture the debate by the implementers and enthusiasts of the reform, already at the beginning of the Lula government, to dismiss the claim of vast sectors of the educational field for the revocation of Law n. 13,415/2017.

Keywords: Brazilian Secondary Education Reform; Educational Inequalities; High School; Propaganda; Professional Qualification

Resumen

El artículo rastrea el estado actual del debate público sobre la reforma de la educación

secundaria en Brasil, recuperando elementos de la publicidad de la reforma difundida entre 2016 y 2021, además de resultados de investigaciones que cuestionaron el supuesto clamor social por la reforma. Finalmente, analiza los intentos más recientes de captar el debate por parte de los ejecutores y entusiastas de la reforma, desde el inicio del gobierno Lula, para vaciar el reclamo de vastos sectores del campo educativo por la derogación de la Ley n. 13.415/2017.

Palabras clave: Reforma de la Educación Secundaria (Brasil); Desigualdades educativas; Enseñanza Secundaria; Publicidad; Formación Profesional.

Introdução

Este artigo¹ busca traçar o estado atual do debate público sobre a reforma do ensino médio no Brasil. Para tanto, recuperam-se alguns elementos do processo de fabricação do consenso pela reforma do ensino médio via ações de marketing e comunicação realizadas entre 2016 e 2021², além de resultados de pesquisa que desafiaram o alegado “clamor social” em favor do NEM. Em seguida, analisamos as novas tentativas de captura do debate pelos defensores da reforma, ao longo do primeiro ano do governo Lula, com vistas a esvaziar a demanda de vastos setores do campo educacional pela revogação da Lei n. 13.415/2017.

Em setembro de 2022, três reportagens da *Folha de S. Paulo* exaltaram as maravilhas do “Novo Ensino Médio” (NEM) tomando como base as alterações curriculares realizadas em escolas privadas da Grande São Paulo: “Novo ensino médio muda a cara das escolas e dá mais autonomia a alunos”; “Aulas diversificadas dinamizam rotina do ensino em tempo integral”; “Alunos de colégios paulistanos contam do que mais gostam no novo ensino médio”.³ Por conta da distribuição difusa da versão digital do

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada no XIII Seminário Nacional de Formação de Professores, organizado pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (21-28 set. 2022).

² Contudo, não é minha intenção analisar os discursos da propaganda do NEM. Para isso, recomendo os trabalhos de: Kaspari e Freitas (2017); Oliveira e Soares (2018); Barbosa (2019); Pimentel (2019); Mocarzel e Pereira (2020); Souza (2020); Ortega e Hollerbach (2022).

³ ROSA, Paola Ferreira. Novo ensino médio muda a cara das escolas e dá mais autonomia a alunos. *Folha de S. Paulo*, 10 set. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/09/novo-ensino-medio-muda-a-cara-das-escolas-e-da-mais-autonomia-aos-alunos.shtml>; Alunos de colégios paulistanos contam do que mais gostam no novo ensino médio. *Folha de S. Paulo*, 11 set. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/09/alunos-de-colegios-paulistanos-contam-do-que-mais-gostam-no-novo-ensino-medio.shtml>; GALDEANO, Lucy. Aulas diversificadas dinamizam rotina do ensino em tempo integral. *Folha de S. Paulo*, 11 set. 2022. Disponível em:

jornal, essas reportagens circularam de maneira fragmentada nas redes sociais, embora fizessem parte de um caderno especial da *Folha* com finalidades nitidamente publicitárias.⁴ O caderno “Escolha a escola”, que acompanhou a edição impressa de 12 de setembro de 2022, trazia 24 páginas com 15 anúncios, quatro depoimentos de estudantes e cinco matérias pagas que mencionavam nada menos do que 30 escolas e sistemas de ensino privados com mensalidades superiores a R\$ 2.700,00. Para efeitos de comparação, o Valor Aluno-Ano do Fundeb para o ensino médio público foi, no ano de 2022, de R\$ 6.373,05 para escolas urbanas de tempo parcial e de R\$ 6.627,97 para as de tempo integral. Distribuídos nos 12 meses do ano, esses valores representariam “mensalidades” de R\$ 531,09 e R\$ 552,33, respectivamente (BRASIL, 2022) – um quinto da mensalidade mais barata mencionada nas reportagens.

A utilização de escolas privadas como “*cases* de sucesso” da reforma do ensino médio é analiticamente imprópria e politicamente irresponsável, posto que nestas instituições qualquer reforma curricular é absorvida e ressignificada como c: adotam-se os modismos pedagógicos do momento e acrescentam-se atividades extracurriculares às já ampliadas possibilidades das famílias pagantes das mensalidades. Aulas de *mindfulness*, projetos interdisciplinares e itinerários formativos *prêt-à-porter* – destacados pela *Folha* como elementos de melhoria associados à reforma do ensino médio – serão sempre convertidos em produtos à disposição da clientela nas escolas privadas. Os/as estudantes dessas escolas, é bom lembrar, não perdem as suas aulas de Física ou de História por conta da perfumaria curricular introduzida pelo NEM, já que a “liberdade de escolha”, vendida como grande novidade da reforma para as escolas públicas, foi sempre um dado de partida nas escolas privadas (GOMES, 2021).

A glorificação do novo ensino médio nas páginas da *Folha de S. Paulo*, na verdade, serve de moldura para anúncios comerciais direcionados a uma minoria da população: segundo dados do Censo Escolar 2022 do Inep, apenas 12% dos estudantes do ensino médio estão matriculados em escolas privadas. Nas públicas, onde estuda a maioria, a reforma estreitou literalmente o acesso ao conhecimento científico, e aulas de Física e História foram substituídas por módulos profissionalizantes de baixa complexidade e ofertados a distância.

Estudo produzido pela Rede Escola Pública e Universidade (REPU, 2022) mostrou que os/as estudantes do período noturno da rede estadual de São Paulo ficaram em média um dia e meio por semana sem aulas no primeiro semestre de 2022 devido à

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/09/aulas-diversificadas-dinamizam-rotina-do-ensino-em-tempo-integral.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2022.

⁴ Agradeço ao colega Salomão Ximenes (UFABC) por ter chamado a minha atenção para este fato.

falta de professores/as nos itinerários formativos do ensino médio. Como se isso fosse pouco, a ficha técnica dos materiais de orientação distribuídos aos professores da rede estadual paulista inclui, entre os apoiadores do currículo oficial, até o iFood – empresa sem qualquer atuação em educação, mas com atividade lucrativa vinculada ao trabalho uberizado de jovens com escolarização precária: o verdadeiro público-alvo da reforma.

Artigos como os da *Folha* – publicados cinco anos depois da aprovação da Lei n. 13.415/2017 que instituiu a reforma do ensino médio – ecoam a diligência das elites empresariais do país na reocupação do debate público sobre a reforma e na apregoação de que as coisas não são tão ruins quanto parecem. Antes de 2021, o que circulava na imprensa brasileira eram discursos majoritariamente entusiásticos sobre a reforma, seja nas campanhas publicitárias governamentais, seja nas entrevistas com secretários de educação ou com representantes de fundações e institutos empresariais financiados por bilionários – sempre prontos a ressaltar as qualidades revolucionárias do “Novo” Ensino Médio.⁵

Com o avanço na implementação do NEM nas redes estaduais, as pretensas qualidades da reforma puderam ser finalmente confrontadas com a realidade nas escolas. Na esteira da eventual – e depois concretizada – eleição de Lula à presidência, em 2022, o debate público sobre a reforma ganhou um novo fôlego, alimentado por diversos estudos que vêm confirmando aquilo que fora previsto anos antes (FERRETTI; SILVA, 2017; SILVA, 2018; HERNANDES, 2019): o NEM amplifica desigualdades educacionais e agrava os problemas que supostamente almejava atacar.

⁵ Ver, p. ex.: Uma revolução no ensino médio. *IstoÉ*, 23 set. 2016. Disponível em: <https://istoe.com.br/uma-revolucao-no-ensino-medio>; DINIZ, Ana Maria. A reforma do ensino médio não podia mais esperar. *Estadão*, 26 set. 2016. Disponível em: www.estadao.com.br/educacao/ana-maria-diniz/a-reforma-do-ensino-medio-nao-podia-mais-esperar; 72% aprovam proposta de reforma do ensino médio, diz pesquisa Ibope. *G1*, 10 nov. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/72-aprovam-proposta-de-reforma-do-ensino-medio-diz-pesquisa-ibope.ghtml>; PORTINARI, Natália; SALDAÑA, Paulo. Youtubers recebem dinheiro do Governo Federal para elogiar as mudanças do ensino médio. *Folha de S. Paulo*, 17 fev. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/02/1859532-governo-paga-youtubers-para-fazer-elogios-as-mudancas-do-ensino-medio.shtml>; PALHARES, Isabela; KRUSE, Túlio. Novo currículo do ensino médio será dividido em áreas, e não disciplinas. *Estadão*, 01 set. 2017. Disponível em: www.estadao.com.br/educacao/novo-curriculo-do-ensino-medio-sera-dividido-em-areas-e-nao-disciplinas; 2019: o que esperar para o ensino médio? *Todos pela Educação*, 29 jan. 2019. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/2019-o-que-esperar-para-o-ensino-medio>. Acesso em: 10 nov. 2022.

“Quem conhece, aprova”⁶: a máquina de propaganda do NEM

No final de 2016, o Ibope divulgou uma pesquisa de opinião encomendada pelo governo Michel Temer com diversas perguntas relacionadas ao conteúdo da Medida Provisória n. 746/2016, que instituiu a reforma do ensino médio no Brasil⁷, e a um conjunto de promessas à juventude brasileira que constituiriam a propaganda oficial da reforma, com “jovens sorridentes, demonstrando satisfação por um ensino médio em que eles poderiam ‘escolher o que gostam’, ‘estudar o que interessam’” (RAMOS; FRIGOTTO, 2016, p. 37). Embora a pesquisa do Ibope contivesse perguntas sobre diversas áreas do governo, a ordem das questões relacionadas ao NEM era a seguinte:

P.10 Como o(a) Sr.(a) avalia a Educação no Brasil atualmente? O(A) Sr.(a) diria que ela é ótima, boa, regular, ruim ou péssima? (...)

P.14 O(A) Sr.(a) é a favor ou contra a reformulação do ensino médio, que em linhas gerais propõe a ampliação do número de escolas de ensino médio em tempo integral, permite que o aluno escolha entre o ensino regular ou profissionalizante, define as matérias que são obrigatórias, dentre outras ações?

P.15 Para cada um dos itens específicos da reformulação do ensino médio, por favor diga se o(a) Sr.(a) é a favor ou contra cada um deles.

a) Na sua opinião, o(a) Sr.(a) é a favor ou contra a ampliação do número de escolas de ensino médio em tempo integral?

b) Na sua opinião, o(a) Sr.(a) é a favor ou contra a ampliação da carga horária de cerca de oitocentas horas para mil e quatrocentas horas? (...)

f) Na sua opinião, o(a) Sr.(a) é a favor ou contra permitir que as escolas tenham liberdade de organizar suas áreas de conhecimento, competências e habilidades?

g) Na sua opinião, o(a) Sr.(a) é a favor ou contra permitir que o aluno escolha as outras matérias que deseja cursar ou decidir pelo ensino técnico profissionalizante? (...)

P.17 Considerando o que o(a) Sr.(a) sabe ou já ouviu falar, o governo deve ou não realizar a reforma do ensino médio no Brasil?⁸

Iniciado por uma pergunta sobre a qualidade geral da educação no país (considerada ruim ou péssima por 54% dos respondentes), o questionário sobre o ensino médio foi construído na intenção de atrelar a reforma a três “melhorias” na última etapa

⁶ Mote de peça publicitária do NEM produzida pelo MEC (dez. 2016). Disponível em: www.youtube.com/watch?v=kdERkLO3eTs. Acesso em: 20 jan. 2023.

⁷ Meses depois, a MP foi convertida na Lei n. 13.415/2017.

⁸ Curiosamente, apenas 56% dos/as respondentes se mostraram favoráveis à ampliação da carga horária no ensino médio de 800 para 1.400 horas letivas anuais (pergunta 15B). Dados disponíveis em: <https://buscalai.cgu.gov.br/PedidosLai/DetalhePedido?id=5293320>. Acesso em: 20 jan. 2023.

da educação básica no país: 1) liberdade de escolha dos percursos formativos de interesse dos estudantes; 2) qualificação profissional universal no ensino médio; e 3) expansão da jornada escolar, especialmente por meio da ampliação do acesso ao ensino de tempo integral. Os dados da pesquisa⁹ mostraram que o número de respondentes favoráveis à reforma aumentou entre as perguntas 14 (72% favoráveis) e 17 (77% favoráveis), que tinham praticamente o mesmo conteúdo. Isso indica que, efetivamente, as perguntas induziram os(as) 1.200 respondentes a associarem a reforma a uma série de elementos desejáveis.

Com o objetivo de atenuar a imagem antipopular do governo Temer e, por extensão, das políticas que vinham sendo implantadas no Ministério da Educação (MEC) sem qualquer diálogo com as comunidades escolares¹⁰, um comercial de TV veiculado em dezembro de 2016 reforçou que o NEM já tinha “a aprovação de 72% dos brasileiros”.¹¹ Também foi produzido um grande conjunto de peças publicitárias focalizadas nas promessas da reforma, veiculado ao longo do ano de 2017. A maior parte delas evocou os “72%” como evidência de ampla aceitação da reforma.

Uma dessas peças (dez. 2016) mostrava um jovem professor explicando aos/às estudantes que a reforma era baseada em políticas de “países que tratam a educação como prioridade”. Enquanto isso, no quadro branco, apareciam os nomes de países como Coreia do Sul, França, Inglaterra, Portugal e Austrália. Além da onipresente ênfase na “liberdade de escolha” dos/as estudantes, a propaganda também sublinhava a possibilidade de os/as estudantes concluírem o ensino médio com uma “formação técnica profissional”.¹² Outra propaganda produzida pelo MEC (jan. 2017) exibia o seguinte diálogo entre duas adolescentes:

– Ah, amiga, eu não acho justo ser obrigada a estudar um monte de coisa que não tem muita ligação com o que eu desejo pro meu futuro, pra minha vida.

⁹ Os resultados dessa pesquisa foram amplamente divulgados pelo governo federal. Ver, p. ex.: 72% aprovam proposta de reforma do ensino médio, diz pesquisa Ibope. *GI*, 10 nov. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/72-aprovam-proposta-de-reforma-do-ensino-medio-diz-pesquisa-ibope.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2023.

¹⁰ Uma das pautas do segundo ciclo de ocupações de escolas no Brasil, em 2016, foi precisamente a luta contra a reforma do ensino médio (MEDEIROS; JANUÁRIO; MELO, 2019).

¹¹ O mesmo comercial afirmou que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) “foi construída com intensa participação popular: mais de 12 milhões de contribuições”, insistindo na disseminação de um dado falso veiculado no início de 2016, ainda durante o governo Dilma Rousseff (CÁSSIO, 2017a, 2019). Disponível em: www.youtube.com/watch?v=SArnpY9y0QY. Acesso em: 20 jan. 2023.

¹² Vídeo disponível em: www.youtube.com/watch?v=N5dkhsONLmw. Acesso em: 20 jan. 2023.

– É cansativo mesmo... e acaba desestimulando a gente.¹³

A peça atribui os baixos desempenhos da educação brasileira em avaliações internacionais e o grande número de egressos do ensino médio que não prosseguem os estudos e nem encontram uma colocação profissional – dois fatos sociais complexos e multicausais – ao desestímulo dos/as estudantes com as escolas e professores/as, cujas aulas seriam cansativas e pouco relevantes. O ataque a escolas e professores/as é um aspecto particularmente perverso da publicidade do NEM.

Afora a propaganda oficial, fundações e institutos empresariais também disseminaram diversos tipos de materiais elogiosos à reforma. O Instituto Unibanco, por exemplo, aproveitou o lançamento de um filme sobre o seu principal projeto institucional – Jovem de Futuro – para propagandear o NEM em meados de 2017. A mensagem de *Nunca me sonharam*, canalizada para as ações de *advocacy* pró-reforma do Instituto, era a de que a escola pública brasileira não dava conta de garantir que os/as jovens do país pudessem sonhar (CÁSSIO, 2017b).

No âmbito de um contrato firmado entre o MEC e a Fundação Carlos Alberto Vanzolini, com vistas a terceirizar a produção da BNCC, o governo Temer encomendou uma série de *briefings* de imprensa com o objetivo de formular “mensagens-chave” para divulgar a BNCC do ensino médio e construir respostas às críticas públicas à reforma que vinham sendo formuladas por especialistas do campo educacional. Como dá a ver a Figura 1, os “pontos sensíveis” sobre a reforma já eram sobejamente conhecidos pelos elaboradores – e, posteriormente, implementadores – do NEM.

Figura 1 – Lista de “pontos sensíveis” sobre a BNCC do Ensino Médio.

¹³ Vídeo disponível em: www.youtube.com/watch?v=Qp0_kuVNskk. Acesso em: 20 jan. 2023.



A divulgação da estrutura da BNCC que trata do Ensino Médio já reacende na imprensa a discussão sobre as mudanças (em curso e iminentes) nessa etapa da vida escolar.

O debate público, acalorado, mas de curta duração que se deu em 2016 ganha nova força com o detalhamento dos contornos do Novo Ensino Médio trazido pela BNCC.

Destacamos a seguir pontos da BNCC que tendem a gerar polêmica e as questões que foram objetos de maior discussão ou de mal-entendidos na lei do Novo Ensino Médio e que voltam agora à agenda.

BNCC

A BNCC determina que apenas Matemática e Língua Portuguesa sejam disciplinas obrigatórias no Ensino Médio -> **As demais áreas correm o risco de ficar relegadas a segundo plano, e os professores vão sofrer redução de carga horária e demissões.**

Os professores não têm experiência de ensino com projetos interdisciplinares ou outros formatos não tradicionais de aula -> **A formação dos alunos será falha.**

A BNCC traz poucas orientações para os itinerários formativos. As escolas terão liberdade excessiva para fixar esses percursos. -> **A desigualdade entre as escolas vai aumentar.**

Com flexibilização da estrutura do Ensino Médio, os currículos das escolas poderão ser bastante diferentes entre si, inclusive no que diz respeito ao período em que devem ser cumpridas as disciplinas e as competências comuns (BNCC) -> **Alunos que mudam de escola e de cidade no meio do EM podem ser prejudicados.**

Lei do Novo Ensino Médio

Uma reforma importante foi colocada em prática por meio do Ministério Público, restringindo a discussão na sociedade e afetando a legitimidade das mudanças aprovadas.

O conteúdo dos itinerários formativos será cobrado no Enem? Como ficará o exame? -> **O desconhecimento sobre como ficará o Enem limita entendimento sobre novo formato do Ensino Médio.**

A reforma dá ênfase à formação tecnicista e profissionalizante e às demandas do mercado empregador **em detrimento de uma formação crítica.**

Os estados não têm dinheiro para implementar as mudanças, em especial o aumento da carga horária.

Como a lei não obriga redes a oferecer mais de um itinerário formativo, na prática, **muitos estudantes não terão opção de escolha.**

A possibilidade de **professores sem licenciatura** darem aulas no Ensino Técnico e Profissionalizante.

A reforma não resolve os “verdadeiros” problemas do Ensino Médio: **má formação dos professores, baixa remuneração, baixo investimento, falta de infraestrutura.**

Fonte: Relatório de elaboração de *briefings*. Fundação Vanzolini (2018)¹⁴.

Aprovados antes do final de 2018, a BNCC e o NEM ficaram, de certo modo, protegidos de um eventual desmonte sob o governo Bolsonaro. Depois de 2019, o debate nacional sobre o ensino médio amornou. A implementação da reforma, entretanto, seguiu, a todo vapor nas redes estaduais, articulada pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e por sua “Frente Currículo e Novo Ensino Médio” (CÁSSIO; GOULART, 2022a; SANTOS; SILVA, 2022).

A pandemia de Covid-19 atrasou o processo de implementação da reforma na maior parte dos estados, e foi o próprio governo Bolsonaro que anunciou a chegada do NEM nas redes estaduais a partir de 2022, por meio de uma nova campanha publicitária

¹⁴ Relatório de elaboração de *briefings* para criação de peças e materiais para ações de comunicação relacionadas à publicidade da BNCC produzido pela Fundação Vanzolini a pedido do MEC (mar. 2018). Disponível em: www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=23480010858201860. Acesso em: 20 jan. 2023.

com conteúdos para TVs, rádios e redes sociais (jul. 2021).¹⁵ À medida em que a implementação da reforma avançou nas redes estaduais, contudo, as promessas do NEM puderam ser finalmente colocadas à prova. O debate público sobre a reforma começou a virar.

Virada no debate

Nos últimos três anos, diversas pesquisas vêm se debruçando sobre os processos de implementação da reforma do ensino médio nas redes estaduais (KÖRBE et al., 2022; CÁSSIO; GOULART, 2022b) e paulatinamente desafiando os consensos fabricados pela propaganda do NEM desde 2016.

No estado de São Paulo, duas das três promessas do NEM à juventude brasileira – a liberdade de escolha e a expansão da carga horária escolar – foram sistematicamente testadas em pesquisa que analisou os dados da maior rede de ensino do país, a primeira a implementar a reforma em larga escala (REPU, 2022; CÁSSIO, 2022; CÁSSIO; GOULART, 2022a). Os resultados do estudo indicaram que o NEM teve efeitos deletérios na rede de ensino. Ao comparar a “escolha” dos itinerários formativos pelos/as estudantes, registrada em enquete *online*¹⁶, com os itinerários efetivamente ofertados nas escolas, a pesquisa concluiu que as escolhas dos/as estudantes tiveram uma influência muito menor sobre o planejamento da oferta de trajetos formativos nas escolas do que fatores como o tamanho da escola, a disponibilidade de infraestrutura e decisões no nível da gestão escolar.

Estudantes de escolas pequenas – especialmente aquelas situadas nos 50,3% dos municípios paulistas com apenas *uma* escola pública de ensino médio – possuem uma “liberdade de escolha” menor (isto é, uma oferta mais limitada de itinerários formativos) do que estudantes das grandes cidades. A variedade da oferta de itinerários formativos, além disso, diminui nas escolas mais vulneráveis da rede estadual, aquelas cujas famílias possuem escolaridade média e renda menores e acesso mais restrito a bens de consumo. Em outras palavras, observou-se, já no primeiro semestre da implementação em larga

¹⁵ Vídeo disponível em: www.youtube.com/watch?v=rffon63gGBY. Acesso em: 20 jan. 2023.

¹⁶ Assim como as pesquisas de opinião do MEC relacionadas à reforma do ensino médio e à BNCC (CÁSSIO, 2017a), a enquete da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) cumpriu um papel estritamente legitimador da política educacional ora implantada. Nas palavras de Licínio Lima (2014), uma encenação participativa.

escala, que a reforma do ensino médio amplifica objetivamente as desigualdades escolares dentro da rede de ensino (CÁSSIO; GOULART, 2022a).

Saraiva, Chagas e Luce (2022) mostraram que, no Rio Grande do Sul, onde a reforma começou a ser implantada de forma escalonada em 263 escolas estaduais, do cardápio de dez itinerários formativos inicialmente propostos, 54,8% das escolas ofertaram apenas *uma* opção de “escolha”. No restante das escolas, que ofertaram somente dois itinerários, os estudantes foram distribuídos nos “itinerários disponíveis por meio de um sorteio”. Além disso, “a escolha entre as duas opções disponíveis foi feita, na maioria dos casos, por pais/mães durante a matrícula” (SARAIVA, CHAGAS, LUCE, 2022, p. 430).

Na rede estadual paulista, a variedade de itinerários é tendencialmente menor até mesmo nas escolas urbanas com muitas matrículas, refletindo decisões de diretores/as escolares que preferem ofertar menos itinerários formativos para não sobrecarregar o corpo docente. Isso nos leva ao segundo problema apontado pela pesquisa da REPU: o NEM intensifica de forma brutal o trabalho docente.

A reforma determinada pela Lei n. 13.415/2017 é muito mais do que uma mudança curricular restrita a conteúdos de ensino. O NEM é uma reforma epistemicida, que prega a interdisciplinaridade no currículo escolar por meio da supressão das disciplinas. Esta insólita operação – que despreza a interdisciplinaridade como movimento intelectual que pressupõe o conhecimento disciplinar – produz alterações profundas na organização das redes de ensino, na dinâmica de trabalho das escolas e até na organização dos/as estudantes na sala de aula. A reforma tornou a vida cotidiana nas escolas, segundo relatos de diversos diretores/as escolares paulistas (REPU, 2022), inadministrável.

Professores/as que (idealmente) ministravam disciplinas afins ao seu curso de formação inicial, passaram a ser obrigados/as a lecionar uma multiplicidade de “disciplinas” sem que isso implique salários melhores ou condições de trabalho mais favoráveis às novas e variadas demandas de preparação de aulas e correção de atividades. Na prática, centenas de milhares de estudantes paulistas concluíram o ano letivo de 2022 sem ter tido aulas de determinados itinerários formativos devido à falta de professores/as. Este, talvez, seja o primeiro efeito da reforma do ensino médio a ganhar ampla

repercussão midiática, constituindo um marco na virada do debate público sobre o NEM no país.¹⁷

O estudo da REPU (2022) também avançou sobre o problema da “expansão” da carga horária na rede estadual de São Paulo, que aproveitou a infraestrutura utilizada para a oferta de ensino remoto emergencial durante a pandemia para perenizar a oferta do ensino médio a distância em uma rede de ensino sem professores/as, especialmente para os/as discentes mais vulneráveis que estudam no período noturno. Considerando que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo demonstrou, utilizando dados oficiais da Seduc-SP, que a ferramenta oferecida pela rede estadual para a manutenção dos vínculos escolares dos/as estudantes durante a pandemia teve efeito irrisório (TCE-SP, 2021), conclui-se que a prometida expansão de carga horária do NEM não vem sendo garantida a centenas de milhares de estudantes da rede estadual paulista (CÁSSIO, 2022).

Antes de qualquer debate sobre a qualidade dos itinerários formativos, portanto, a rede estadual de São Paulo nem mesmo garantiu a oferta de *aulas* nas escolas em 2022, seja pela falta de professores/as, seja pela precária conversão do ensino presencial em ensino a distância.¹⁸ Isso significa que o estado mais rico do país, que se gaba pela liderança nacional na implementação da reforma do ensino médio para as massas, na realidade vem descumprindo a Lei n. 13.415/2017, que estabelece a oferta mínima de 1.000 horas letivas anuais no ensino médio.

Hubert Alquéres, o então secretário da educação de São Paulo, relativizou os achados da REPU com dois argumentos: 1) não se pode tirar conclusões sobre uma reforma que mal começou a ser implementada; 2) não é possível esperar até que as condições ótimas sejam satisfeitas para se implantar uma reforma educacional (ALQUÉRES, 2022). Sob o comando de Alquéres, em julho de 2022 o governo paulista efetuou uma contratação emergencial de professores/as (a maioria sem a formação adequada) para as aulas dos itinerários formativos do ensino médio.

Dado o gigantismo da rede paulista, que em 2023 completou dez anos sem concursos públicos para a efetivação de professores do ensino médio, e a profusão de entraves burocráticos para a contratação de temporários qualificados (BARBOSA; RIBEIRO; JACOMINI, 2022), a medida emergencial também não foi suficiente para

¹⁷ Ver, p. ex.: PINHO, Angela. Faltam professores para 17% das aulas do novo ensino médio em SP. *Folha de S. Paulo*, 03 jun. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/06/faltam-professores-para-17-das-aulas-do-novo-ensino-medio-em-sp.shtml>. Acesso em: 20 jan. 2023.

¹⁸ Devidamente autorizada pelas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2018), que prevê a oferta de ensino médio a distância para até 20% da carga horária do ensino diurno, até 30% no ensino noturno e até 80% na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

zerar o déficit na atribuição das aulas, de modo que, no início de 2023, a Seduc-SP alterou a sistemática de atribuição para forçar os/as professores/as a aumentarem as suas jornadas de trabalho na rede. Como consequência desta nova política, professores/as especialistas com jornadas de trabalho parciais (matriculados/as em cursos de pós-graduação ou trabalhando em outras redes de ensino, por exemplo) perderam as aulas em suas escolas para profissionais com jornadas integrais, mas sem a formação adequada. A compulsoriedade da ampliação da carga didática também levou professoras alfabetizadoras com diploma de Pedagogia a assumirem aulas no ensino médio em 2023.

Não obstante a ponderação do ex-secretário Alquéres, para quem seria necessário ter paciência para perceber os benefícios do NEM, todas as medidas tomadas até aqui pelo governo paulista para combater os efeitos da intensificação do trabalho docente gerados pela reforma desaguam em uma precarização ainda maior das condições do trabalho docente e no aprofundamento da tutela pedagógica do professorado via apostilamento. O caso mais recente foi a tentativa de substituir os livros do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) por conjuntos de slides coalhados de erros (REPU, 2023) – frustrada por decisão judicial.¹⁹

A reforma do ensino médio é “a expressão educacional da máxima antipovo que o governo de Michel Temer sustentou desde o primeiro dia: o povo não cabe no orçamento público” (CÁSSIO; GOULART, 2022a). Isso se materializa em um modelo de ensino médio de baixo custo; cujas promessas não acompanham a ampliação da rede física de escolas (sobretudo técnicas), a construção de salas de aula e laboratórios, a contratação de profissionais da educação qualificados, a valorização dos/as profissionais existentes nas redes e uma política de permanência estudantil na educação básica que permita incluir os/as estudantes do período noturno nas escolas de tempo integral.

Ricardo Henriques, superintendente executivo do Instituto Unibanco e um dos apoiadores de primeira hora do NEM, adverte sobre a possibilidade de a reforma, “interagindo com o grau de desigualdade social instalada na sociedade brasileira (...) reproduzir ou converter as desigualdades sociais de origem em desigualdades educacionais e de destino formativo” (HENRIQUES, 2018, p. 122). Com efeito, para uma reforma educacional tão radical e desacompanhada do gasto público proporcional, não há resultado possível que não seja o aprofundamento das desigualdades já existentes.

¹⁹ RODRIGUES, Rodrigo. Justiça determina que governo de SP volte a usar livros do PNLD. *GI*, 16 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/08/16/justica-determina-que-governo-de-sp-volte-a-usar-livros-do-pnld.ghtml>. Acesso em: 05 set. 2023.

Os modelos de “qualificação profissional” que vêm sendo implantados nas redes estaduais são um bom exemplo da precariedade da reforma do ensino médio na vida real. No Paraná, estudantes do ensino médio protestaram por serem obrigados/as a assistir a “cursos técnicos” em aparelhos de TV instalados nas escolas.²⁰ Tal como em São Paulo, o governo paranaense tornou permanente o ensino a distância aproveitando as ferramentas utilizadas para a oferta emergencial de ensino remoto durante a pandemia. Nas redes desses dois estados, as aulas dos itinerários “técnicos” são ministradas por professores/as de escolas ou faculdades privadas contratados/as via terceirização. A reforma é, nesse sentido, uma porta aberta para a privatização da oferta educacional direta, já que não há como implantar uma reforma que estimule o aumento da demanda por ensino técnico e profissional de massa sem construir novas escolas ou ampliar/equipar adequadamente as existentes.

Nas redes estaduais, a forma de conciliar a contenção de gastos com a promessa de qualificação profissional universal – que, em parte, retoma as ideias de “terminalidade” e “dualidade” que caracterizaram a reforma do ensino de 2º grau da Lei n. 5.692/1971 (MOEHLECKE, 2012) – foi criar um arremedo de ensino técnico que substituiu os conteúdos escolares por uma formação superficial com cursos de curta duração ou com cursos “técnicos” aparentemente tradicionais, mas com carga horária de aulas práticas insuficiente para a habilitação técnica.

A Figura 2 exemplifica o caso do itinerário formativo denominado “Técnico em Análises Clínicas” da rede estadual paulista. Apesar do nome do curso, que sugere uma habilitação profissional para atuação como técnico/a em laboratórios de análises clínicas, lê-se no informativo que: “Nesse itinerário você terá o diploma do ensino médio e, também, será formado para ter um diploma em técnico em Análises Clínicas”. O texto é propositalmente capcioso para estudantes de 15 anos, que talvez tenham dificuldade de depreender que a escolha pelo referido itinerário formativo efetivamente *não resultará* na emissão de diploma de técnico/a em análises clínicas, pois as escolas estaduais paulistas não dispõem dos laboratórios de Bioquímica necessários a uma formação dessa natureza. Os estudantes que desejarem concluir uma formação nesta área, caso não consigam arcar com as mensalidades das escolas técnicas privadas, terão que competir nos processos seletivos das escolas técnicas estaduais e dos institutos federais, cuja disponibilidade de vagas não supre a demanda projetada pelos implementadores do NEM.

²⁰ PALHARES, Isabela. Alunos se recusam a assistir a aulas pela TV em escolas estaduais do Paraná. *Folha de S. Paulo*, 25 abr. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/04/alunos-se-recusam-a-assistir-aulas-pela-tv-em-escolas-estaduais-do-parana.shtml>. Acesso em: 20 jan. 2023.

Em 2021, o questionário de “manifestação de interesse” nos itinerários formativos distribuído pelo governo de São Paulo trazia 21 itinerários “técnicos” à escolha dos/as estudantes (REPU, 2022). Já no planejamento para 2023, esse número foi reduzido para 13, suprimindo-se especialmente os cursos que exigem laboratórios didáticos e equipamentos especializados: Análises Clínicas, Design Gráfico, Eletrônica, Eletrotécnica, Farmácia, Nutrição e Química. O perfil dos cursos remanescentes concentra-se nas áreas de informática, marketing e negócios.²¹

Figura 2 – Trecho de informativo sobre um “itinerário formativo técnico” do NEM, distribuído aos/às estudantes da rede estadual paulista (jul. 2021).

O infográfico apresenta o seguinte conteúdo:

NOVOTEC INTEGRADO
O QUE É ITNERÁRIO FORMATIVO TÉCNICO
TÉCNICO EM ANÁLISES CLÍNICAS

Nesse itinerário você terá o diploma do ensino médio e também será formado para ter um diploma em técnico em análises clínicas. E é perfeito para quem curte ciências da natureza

O QUE EU APRENDO?

- Coletar materiais biológicos, auxiliando no processo de registro, armazenamento, conservação, distribuição e transporte de amostras
- Auxiliar em atividades administrativas em análise clínicas
- Separar e descartar resíduos dos serviços de saúde

QUAIS SÃO AS AULAS?

- Vigilância em saúde para análises clínicas
- Fundamentos de citologia, histologia
- Fundamentos de anatomia e fisiologia humana
- Bioquímica
- Entre outras

Fonte: São Paulo²² (2021)

Estes e outros resultados de pesquisas sobre a implementação do NEM em diversos estados desmascararam a propaganda que deu o tom do debate público sobre a reforma até 2021, introduzindo elementos que permitiram não apenas defender a revogação da Lei n. 13.415/2017, mas pressionar o MEC – a partir dos dados coletados nos estados e da realidade das escolas (ALVES; RODRIGUES; SÜSSEKIND, 2023) – a

²¹ Disponível em: <https://novoensinomedio.educacao.sp.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2023.

²² Material anteriormente disponível em: <https://novoensinomedio.educacao.sp.gov.br>.

reconhecer a insustentabilidade dos argumentos dos elaboradores e implementadores do NEM. Foi este movimento que, em meados de junho de 2023, levou o MEC a convocar uma consulta pública nacional para rediscutir os termos da reforma do ensino médio.

O “Novo” que é pior

As reportagens da *Folha de S. Paulo* mencionadas no início deste texto (set. 2022) foram produzidas na mesma época da divulgação de duas pesquisas de opinião favoráveis ao NEM. A primeira delas foi encomendada ao Datafolha pela coalizão empresarial Todos pela Educação, em parceria com a Fundação Telefônica Vivo e os Institutos Natura e Sonho Grande (ago. 2022). A enquete revelou que impressionantes 98% dos/as estudantes do ensino médio público desejam opções de qualificação profissional na escola. A metodologia da pesquisa, porém, indica que o “estudo utilizou metodologia quantitativa, por meio de abordagem pessoal na proximidade das escolas”, mas não explicita o critério utilizado para a escolha das unidades escolares que foram consideradas ótimas ou boas por 82% dos/as 7.798 respondentes.²³ Não há como saber, portanto, que outros fatores influenciaram esta visão tão positiva sobre as escolas, que contrasta com a realidade no NEM nas periferias das grandes cidades e nas escolas urbanas e rurais dos pequenos municípios.²⁴ O grupo *Folha de S. Paulo*, habituado a divulgar as pesquisas produzidas pelo Datafolha, não repercutiu os números divulgados pelo Todos Pela Educação.

A segunda pesquisa, encomendada pelo Serviço Social da Indústria (Sesi) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) ao Instituto FSB Pesquisa (out. 2022), entrevistou 2.000 estudantes de Mato Grosso do Sul e São Paulo, comparando a percepção dos/as respondentes sobre o NEM com a percepção de estudantes cujas escolas ainda não haviam adotado o modelo. Os resultados indicaram que 61% dos/as estudantes que estão cursando o NEM o avaliam positivamente, bem como uma diferença (pouco significativa) de satisfação com a escola e de otimismo com o futuro profissional entre os grupos pesquisados. Aqui, tal como na pesquisa patrocinada pelas fundações e institutos empresariais, a metodologia aponta que “as entrevistas foram realizadas presencialmente, em escolas sorteadas de acordo com os critérios do planejamento amostral da pesquisa”.

²³ Dados disponíveis em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/08/br-pesquisa-de-opinio-com-estudantes-do-ensino-medio-todos-ftv-in-isg.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

²⁴ VIDON, Filipe. Chegada do novo Ensino Médio revolta alunos e professores de Ciep em Curicica. *Extra*, Rio de Janeiro, 09 ago. 2022. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/chegada-do-novo-ensino-medio-revolta-alunos-professores-de-ciep-em-curicica-25553568.html>. Acesso em: 20 jan. 2023.

Contudo, o referido planejamento não esclarece que conjuntos de escolas foram incluídos no sorteio.²⁵

A publicação de artigos e a divulgação de pesquisas de opinião para reforçar as supostas qualidades e a “ampla” aceitação do NEM são tentativas de retomar o protagonismo de um debate público que passou a ser amplamente pautado por diagnósticos negativos sobre a reforma, baseados em dados que comprovam os seus efeitos deletérios nas redes de ensino. No mesmo segundo semestre de 2022, dois movimentos políticos importantes pela revogação da reforma foram lançados. O primeiro foi uma *Carta Aberta pela revogação da Reforma do Ensino Médio (Lei n. 13415/2017)* assinada por mais de 640 sindicatos, entidades representativas, grupos de pesquisa, associações científicas, grêmios estudantis e movimentos sociais com atuação destacada na educação (jun. 2022) (VÁRIAS ENTIDADES, 2022).²⁶ Além disso, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação obteve mais de 300 assinaturas de candidaturas eleitas em 2022 à *Carta Compromisso com o Direito à Educação nas Eleições 2022*, que exigia, entre outros, o seguinte compromisso político dos/as signatários/as:

30. Pela revogação da Reforma do Ensino Médio (Lei n. 13.415/2017), em favor de uma educação pública de qualidade, construída com a participação das/os estudantes, comunidades escolares, valorização de profissionais da educação e liberdade de ensino, garantindo uma formação plena que amplie perspectivas de futuro e enfrente as desigualdades estruturais que afetam a juventude, especialmente negra e de baixa renda. (set. 2022)²⁷

Apesar disso, a revogação não foi sequer mencionada nas campanhas eleitorais. Após a vitória da chapa Lula-Alckmin, quando o tema inevitavelmente surgiu na primeira reunião da transição de governo – especialmente por pressões do campo educacional crítico à reforma –, mencionou-se a possibilidade de “revisão e aperfeiçoamento da reforma do ensino médio e a ampliação da educação integral”.²⁸

No dia 05 de janeiro de 2023, poucos dias depois da posse do novo governo, o MEC divulgou nas suas redes sociais uma série de podcasts sobre o NEM produzidos

²⁵ Dados disponíveis em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/estudantes-avaliam-positivamente-o-novo-ensino-medio/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

²⁶ Embora isso só tenha circulado mais amplamente na imprensa depois de 2021, as entidades científicas do campo educacional já haviam criticado o NEM de forma contundente (COSTA; SILVA, 2019).

²⁷ Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Carta_Compromisso_ok.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

²⁸ FERREIRA, Paula. Núcleo de educação pede a Haddad formação de professores e revisão da política de alfabetização como prioridades. *O Globo*, 08 nov. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/11/nucleo-de-educacao-pede-a-haddad-formacao-de-professores-e-revisao-da-politica-de-alfabetizacao-como-prioridades.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2022.

pelo governo anterior. A publicação oficial estampava alguns elogios à reforma e um card com uma pergunta provocativa: “O Novo Ensino Médio pode prejudicar o estudante?”. O que se viu em seguida foi uma enxurrada de respostas de professores/as de todo o país, que registraram duras críticas ao NEM. As postagens foram apagadas poucas horas depois, indicando que o MEC – cuja equipe atual é repleta de simpatizantes do pensamento educacional de fundações e institutos empresariais – ainda não havia entendido que o “consenso” em torno da reforma instituída pela Lei n. 13.415/2017 só existia na propaganda.

A imensa demanda social pela revogação obrigou o MEC a reconhecer parte dos problemas da reforma do ensino médio, adotando a estratégia conhecida dos governos petistas de institucionalizar os conflitos. Aqui, o meio escolhido foi o lançamento de uma consulta pública nacional, iniciada em junho de 2023 e finalizada dois meses depois. No final de agosto, o governo Lula apresentou uma proposta de “reforma da reforma” que prevê a redução do número de itinerários formativos e a retomada das 2.400 horas letivas mínimas da Formação Geral Básica (a Lei n. 13.415/2017 havia reduzido a carga horária para um *máximo* de 1.800 horas) – com oferta presencial nas escolas.²⁹ No entanto, o MEC não sinalizou qualquer reversão dos retrocessos do chamado “itinerário formativo técnico” (CORTI; CÁSSIO, 2023).

O NEM é uma política paradoxalmente centralizante e indutora de fragmentação, que promete uma revolução educacional sem precedentes com investimento mínimo e que desorganiza as redes de ensino³⁰ ao mesmo tempo em que se pretende eficaz e almeja eficiência alocativa do recurso público. Com tantas contradições, não surpreende que, entre os primeiros efeitos do NEM observados nas redes estaduais, esteja o aprofundamento das desigualdades escolares.

Talvez essa seja a razão pela qual aqueles/as que defendiam a reforma abertamente até 2021, agora estejam bem mais cautelosos no entusiasmo. Em entrevista recente, João Paulo Cêpa, gerente de articulação e *advocacy* do Movimento pela Base, afirmou que “O novo ensino médio *bem implementado* vai gerar oportunidades e não desigualdades. Precisamos olhar para o que já foi investido, melhorar os caminhos (...) Fazer isso é *mais*

²⁹ SALDAÑA, Paulo. Proposta do MEC para reformular ensino médio prevê só dois itinerários. *Folha de S. Paulo*, 04 ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/08/proposta-do-mec-para-ensino-medio-reduz-carga-diversificada-e-define-so-dois-itinerarios.shtml>. Acesso em: 05 set. 2023.

³⁰ Ver, p. ex.: MENESES, Celimar de. Novo Ensino Médio: troca de sistema ‘bagunça’ rotina em escolas do DF. *Metrópoles*, 06 jun. 2022. Disponível em: www.metropoles.com/distrito-federal/novo-ensino-medio-troca-de-sistema-bagunca-rotina-em-escolas-do-df. Acesso em: 20 jan. 2023.

produtivo do que voltar para trás” (grifos nossos).³¹ Assim como ele, outros entusiastas do NEM vêm ponderando que a implementação nos estados precisa de ajustes, mas que ainda assim não se pode retroceder (isto é, revogar a Lei n. 13.415/2017).

Este é um argumento falacioso, que consiste em simplificar o debate alegando que a revogação do NEM implicaria um retorno ao modelo de ensino médio anteriormente vigente, e cujos defeitos pretensamente insanáveis foram cantados em prosa e verso durante cinco anos pela publicidade da reforma financiada pelo MEC, por governos estaduais e por diligentes parceiros privados. A falácia, aqui, tem o condão de desviar o assunto do fato objetivo de que a reforma instituída pela Lei n. 13.415/2017 *piorou* a qualidade do ensino médio brasileiro. Logo, se o modelo anterior de ensino médio não era bom, as coisas agora estão piores.

Ana Paula Corti desenvolveu um argumento interessante a respeito. Sua pesquisa de doutorado mostrou que a expansão das matrículas no ensino médio paulista nos anos 1990 foi marcada pelo imprevisto e pela irracionalidade, e não pela construção de um modelo de escola para a massa de egressos/as do ensino fundamental que demandavam vagas no ensino médio (CORTI, 2016). A rigor, portanto, não se pode dizer que havia um “modelo anterior” de ensino médio a ser superado pelo NEM.

O discurso reformista alimenta a ideia de que as reformas educacionais sempre caminham no sentido da modernização da escola (LAVAL, 2019) e da melhoria da qualidade da educação. Aqui, contudo, temos um caso em que a qualidade da escola efetivamente *piorou* em razão da reforma educacional. Nesse sentido, revogar a reforma do ensino médio é medida desejável, pois voltaríamos a uma situação melhor do que a que temos agora, especialmente porque a maioria dos estados da federação ainda não implementou massivamente o NEM em suas redes de ensino.

Como esperado, a proposta de “reforma da reforma” do MEC, que comporá um Projeto de Lei a ser apresentado à Câmara dos Deputados no segundo semestre de 2023, já vem sendo criticada pelos agentes que elaboraram o NEM e o vinham implementando ao longo dos anos como “parceiros” das secretarias estaduais de educação. O objetivo é “salvar” aquilo que puderem de sua reforma educacional antipovo (CORTI; CÁSSIO, 2023; CÁSSIO, 2023).

Mas, considerando que o governo Lula expressa o desejo de recuperar uma trajetória de 15 anos atrás de democratização do acesso das massas ao ensino superior, como ele irá sustentar o apoio a uma reforma educacional que barateia a educação escolar

³¹ BIMBATI, Ana Paula. Após reforma, professora de história troca ensino médio por fundamental. *UOL*, 29 jan. 2023. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2023/01/29/reforma-ensino-medio-professora-historia.htm>. Acesso em: 29 jan. 2023.

dos mais pobres, simplifica o currículo do ensino médio e sonega o conhecimento a pessoas cujo acesso à educação básica de qualidade sempre foi negado?

Referências

ALQUÉRES, Hubert. O novo ensino médio veio para ficar. *Metrópoles*, 08 jun. 2022. Disponível em: www.metropoles.com/blog-do-noblat/artigos/o-novo-ensino-medio-veio-para-ficar-por-hubert-alqueres. Acesso em: 20 jan. 2023.

ALVES, Miriam Fábria; RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva; SÜSSEKIND, Maria Luiza. *Ensino médio: o que as pesquisas têm a dizer? Subsídios para a consulta pública* [Relatório Final]. Rio de Janeiro: ANPEd, jun. 2023. Disponível em: www.anped.org.br/sites/default/files/images/relatoriofinal-seminarios_anped_ensino_medio-o_que_as_pesquisas_tem_a_dizer-aprovado_28-06.pdf. Acesso em: 05 set. 2023.

BARBOSA, Andreza; RIBEIRO, Ingrid; JACOMINI, Márcia. A falta de professores nas escolas é responsabilidade do governo paulista. *CartaCapital*, 01 jun. 2022. Disponível em: www.cartacapital.com.br/educacao/a-falta-de-professores-nas-escolas-estaduais-e-responsabilidade-do-governo-paulista. Acesso em: 20 jan. 2023.

BARBOSA, Waldenia Marcia da Silva. *A propaganda oficial sobre o Novo Ensino Médio: uma análise de discurso crítica*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada). Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2019. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=87060>. Acesso em: 05 set. 2023.

BRASIL. *Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n. 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n. 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO [MEC]; CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO [CNE]; CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA [CEB]. *Resolução n. 3, de 21 de novembro de 2018*. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN32018.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO [MEC]; MINISTÉRIO DA ECONOMIA [ME]. *Portaria Interministerial n. 4, de 18 de agosto de 2022*. Altera a Portaria Interministerial n. 11, de 24 de dezembro de 2021, do Ministério da Educação – MEC e do Ministério da Economia – ME, que estabelece os parâmetros referenciais anuais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos

Profissionais da Educação – Fundeb para o exercício de 2022, nas modalidades Valor Anual por Aluno – VAAF e Valor Anual Total por Aluno – VAAT. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/99-legislacao?download=15399:portaria-interministerial-nº-4,-de-18-de-agosto-de-2022>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CÁSSIO, Fernando. Participação e participacionismo na construção da Base Nacional Comum Curricular. *Nexo*, 02 dez. 2017a. Disponível em: www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/Participação-e-participacionismo-na-construção-da-Base-Nacional-Comum-Curricular. Acesso em: 20 jan. 2023.

CÁSSIO, Fernando. *Nunca me Sonharam* e o sequestro das histórias. *CartaCapital*, 06 set. 2017b. Disponível em: www.cartacapital.com.br/opiniao/nunca-me-sonharam-e-o-sequestro-das-historias. Acesso em: 20 jan. 2023.

CÁSSIO, Fernando. A “expansão” da carga horária no Novo Ensino Médio aprofunda desigualdades escolares no estado de São Paulo. *EccoS*, São Paulo, v. 62, e23200, 2022. <https://doi.org/10.5585/eccos.n62.23200>

CÁSSIO, Fernando. Fiadores bilionários do “Novo” Ensino Médio procuram velhos culpados. *CartaCapital*, 03 abr. 2023. Disponível em: www.cartacapital.com.br/opiniao/o-bate-cabeca-dos-fiadores-bilionarios-do-novo-ensino-medio. Acesso em: 05 set. 2023.

CÁSSIO, Fernando; GOULART, Débora Cristina. Itinerários formativos e ‘liberdade de escolha’: Novo Ensino Médio em São Paulo. *Retratos da Escola*, Brasília/DF, v. 16, n. 35, p. 509-534, 2022a. <https://doi.org/10.22420/rde.v16i35.1516>

CÁSSIO, Fernando; GOULART, Débora Cristina. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. *Retratos da Escola*, Brasília/DF, v. 16, n. 35, p. 285-293, 2022b. <https://doi.org/10.22420/rde.v16i35>

CORTI, Ana Paula. Ensino Médio em São Paulo: a expansão das matrículas nos anos 1990. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 41-68, 2016. <https://doi.org/10.1590/2175-623655996>

CORTI, Ana Paula; CÁSSIO, Fernando. O engodo profissionalizante do Novo Ensino Médio. *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 194, p. 5-6, set. 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-engodo-profissionalizante-do-novo-ensino-medio>. Acesso em: 05 set. 2023.

COSTA, Marilda de Oliveira; SILVA, Leonardo Almeida da. Educação e democracia: base nacional comum curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, e240047, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782019240047>

FERRETTI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do ensino médio no contexto da Medida Provisória n. 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia.

Educação & Sociedade, Campinas/SP, v. 38, n. 139, p. 385-404, 2017. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017176607>

GOMES, Luís. Escolha para quem? Novo Ensino Médio aprofunda abismo entre redes pública e privada. *Sul21*, 02 ago. 2022. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/educacao/2022/08/escolha-para-quem-novo-ensino-medio-aprofunda-abismo-entre-redes-publica-e-privada>. Acesso em: 20 jan. 2023.

HENRIQUES, Ricardo. Potências e desafios da implementação da flexibilização. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; PAIM, José Henrique (org.). *Os desafios do ensino médio*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p. 121-130.

HERNANDES, Paulo Romualdo. A Reforma do Ensino Médio e a produção de desigualdades na educação escolar. *Educação*, Santa Maria/RS, v. 44, p. 1-19, 2019. <http://dx.doi.org/10.5902/1984644434731>

KASPARI, Tatiane; FREITAS, Ernani César de. Quem conhece aprova? Análise discursiva da propaganda governamental do Novo Ensino Médio. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília/DF, v. 18, n. 3, p. 295-312, 2017. <https://doi.org/10.26512/les.v18i3.7470>

KÖRBES, Cleci; FERREIRA, Eliza Bartolozzi; SILVA, Monica Ribeiro da; BARBOSA, Renata Peres (org.). *Ensino Médio em pesquisa*. Curitiba: CRV, 2022. Disponível em: www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/37034-ensino-medio-em-pesquisa. Acesso em: 20 jan. 2023.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIMA, Licínio C. A Gestão Democrática das Escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestonária? *Educação & Sociedade*, Campinas/SP, v. 35, n. 129, p. 1067-1083, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302014142170>

MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúrion (org.). *Ocupar e resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)*. São Paulo: Editora 34, 2019.

MOCARZEL, Marcelo; PEREIRA, Cláudia. Nada de novo no Novo Ensino Médio: algumas representações das juventudes na propaganda educacional. In: DIAS, Robson; LAUS-GOMES, Victor; CUNHA, Célio da (org.). *Políticas de educação e mídia*. Brasília, DF: Cátedra Unesco de Juventude, Educação e Sociedade / Universidade Católica de Brasília, 2020. p. 13-33. Disponível em: https://socialeducation.files.wordpress.com/2020/02/politicas-de-educacao-e-midia_web-1.pdf. Acesso em: 05 set. 2023.

MOEHLECKE, Sabrina. O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 49, p. 39-58, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782012000100003>.

OLIVEIRA, Glaunara M.; SOARES, Neiva M. M. O Novo Ensino Médio em publicidade do governo federal: análise discursivo-crítica e multimodal. *ContraCorrente*, Manaus, n. 11, p. 58-76, 2018. <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/2497> Acesso em: 05 set. 2023.

ORTEGA, André Randazzo; HOLLERBACH, Joana d'Arc Germano. Propaganda, mídia e educação: o discurso oficial e publicitário sobre a reforma do ensino médio de 2017. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 38, e37849, 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469837849>

PIMENTEL, Álamo. Proselitismo pedagógico e conversão ideológica na reforma do ensino médio. *e-Curriculum*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 1288-1311, 2019. <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i3p1288-1311>

RAMOS, Marise Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio. Medida Provisória 746/2016: a contra-reforma do ensino médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas/SP, v. 16, n. 70, p. 30-48, 2016. <https://doi.org/10.20396/rho.v16i70.8649207>

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE [REPU]. *Novo Ensino Médio e indução de desigualdades escolares na rede estadual de São Paulo* [Nota Técnica]. São Paulo: REPU, 02 jun. 2022. Disponível em: www.repu.com.br/notas-tecnicas. Acesso em: 20 jan. 2023.

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE [REPU]. *Substituição de livros do PNLD por slides digitais na rede estadual de São Paulo* [Nota Técnica]. São Paulo: REPU, 15 ago. 2023. Disponível em: www.repu.com.br/notas-tecnicas. Acesso em: 05 set. 2023.

SANTOS, Cleverson José; SILVA, Monica Ribeiro da. O papel dos agentes intermediários no processo de implementação de uma política educacional: o GT Ensino Médio do Consed e a reforma pela Lei n. 13.415/2017 no Brasil. *Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, Ponta Grossa/PR, v. 7, e20007, 2022.

SARAIVA, Mateus; CHAGAS, Ângela Both; LUCE, Maria-Beatriz. Não está calado quem peleia: debate sobre o ensino médio no Rio Grande do Sul. *Retratos da Escola*, Brasília/DF, v. 16, n. 35, p. 419-442, 2022. <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v16i35.1544>

SILVA, Monica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, e214130, 2018. <https://doi.org/10.1590/0102-4698214130>

SOUZA, Carlos Fabiano de. Novo Ensino Médio: deriva de sentidos em uma propaganda televisiva do governo federal. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão/SC, v. 20, n. 3, p. 469-490, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-200304-7119>

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO [TCE-SP]; DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR. *Relatório de fiscalização de natureza operacional sobre a alimentação escolar, o ensino a distância e o retorno às aulas presenciais no âmbito das ações tomadas pela Secretaria de Estado da Educação em virtude da pandemia da Covid-19* [TC n. 17124.989.20-3]. São Paulo: TCE-SP, 31 mar. 2021. (mimeo.)

VÁRIAS ENTIDADES. Carta Aberta pela revogação da reforma do ensino médio (Lei 13.415/2017). *Retratos da Escola*, Brasília/DF, v. 16, n. 35, 2022. <https://doi.org/10.22420/rde.v16i35.1611>

Recebido em: 18 jul. 2023.
Aprovado em: 1 ago. 2023.

***Fernando Cássio** é educador, doutor em Química pela Universidade de São Paulo (USP) e professor do Centro de Ciências Naturais e Humanas da Universidade Federal do ABC (UFABC). Participa da Rede Escola Pública e Universidade (REPU) e integra o comitê diretivo da Campanha Nacional para o Direito à Educação.

E-mail: fernando.cassio@ufabc.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1885-8748>
